

Bolsa-escola do MEC exclui capitais

Tina Coelho 29.897

Programa terá R\$ 100 milhões este ano. Meta é beneficiar cerca de 700 mil famílias com renda per capita inferior a R\$ 65 mensais

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, divulgou ontem as regras para a versão federal do programa Bolsa-escola, a principal bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT) na área social. Mas ele reconhece que depende da criatividade de estados e municípios para assegurar o dinheiro destinado a famílias pobres. O governo excluiu do programa, nessa primeira etapa, as capitais e regiões metropolitanas. Além disso, vai pagar só a metade do subsídio. Já separou uma verba de R\$ 100 milhões para este ano. A meta é beneficiar cerca de 700 mil famílias a partir do final das eleições, quando serão assinados os primeiros convênios.

Apesar do orçamento garantido, as regras do programa de renda mínima federal poderão deixar de fora cerca de 40% daqueles municípios que pretende ajudar, já que, nos primeiros cinco anos de implantação, apenas os municípios mais ricos — com receita tributária por habitante e renda familiar per capita inferiores à média estadual — poderão habilitar-se para receber os recursos.

Pesa contra o programa o fato de a grande maioria dos 5.507 municípios brasileiros não contarem com receita própria e serem sustentados pelos governos estaduais e pela própria União. As prefeituras terão de entrar com contrapartida para receber o dinheiro federal.

O programa vai destinar no mínimo R\$ 15,00 para famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo — como estímulo para que mantenham seus filhos de sete a 14 anos na escola. A fórmula de cálculo do benefício é complexa. Primeiro, multiplica-se R\$ 15,00 pelo número de dependentes com menos de 14 anos na família. Do resultado, subtrai-se o equivalente a metade da renda per capita familiar (a renda familiar dividida pelo número de pessoas da família).

“Não acredito que um prefeito,

por mais pobre que seja seu município, não consiga organizar-se para conseguir a contrapartida”, afirmou o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza. Segundo ele, prefeitos com dificuldades de caixa poderão procurar ajuda dos governos estaduais, da iniciativa privada ou das organizações não governamentais (ONG) para arrecadar o dinheiro necessário. “Um pouco de imaginação e esforço local gera a contrapartida”, acrescentou.

A pouco mais de dois meses das eleições, o ministro da Educação descartou qualquer ligação entre o lançamento do programa e a candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso à reeleição.

PETISTAS

Ontem, enquanto Paulo Renato anuncia as regras do programa de Renda Mínima, o candidato da frente de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, lançava no Rio o seu Bolsa-escola — programa baseado no mesmo princípio e adotado com sucesso, há quatro anos, pelo governo do PT no Distrito Federal.

Na semana passada, o mesmo ocorreu em relação ao desemprego. Na quarta-feira Lula propôs medidas emergenciais para criar postos de trabalho e prometeu abrir 12 milhões de vagas em quatro anos, caso eleito. Dois dias depois, o presidente Fernando Henrique anuncia uma série de medidas para tentar reduzir o desemprego, entre elas a jornada de trabalho de 25 horas semanais.

Na área da saúde, Lula anunciou que seu governo destinaria anualmente R\$ 250 por habitante. A proposta foi criticada pelo governo, que a chamou de irreal, mas poucos dias depois o comitê de campanha do presidente anuncia proposta idêntica. “O presidente comete atitudes absurdas de ficar copiando tudo o que nós fazemos numa semana para fazer na outra”, queixou-se Lula.